



2020

RELATÓRIO
DE **GESTÃO**

SUMÁRIO

—

-  **03** Mensagem do Presidente
-  **05** Cenário econômico
-  **07** Estrutura sistêmica
-  **09** Nossa evolução
-  **15** Governança corporativa
-  **20** Relatório da Administração
-  **21** Demonstrações financeiras e contábeis
-  **54** Parecer do Conselho Fiscal
-  **56** Agências

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Um ano de aprendizado



A pandemia será assunto entre as pessoas nos dias que se seguem, próximas semanas, meses e décadas. Teremos que explicar a filhos e netos o que ocorreu em 2020. Essa calamidade, única em nossa geração e de proporções mundiais, vai marcar nossa geração, nossas famílias e empresas. No Sicoob Roraima, deixou suas marcas. Foi um ano sem precedentes. A pandemia afetou todos os negócios, reduziu nossa carteira de crédito e a receita com produtos e serviços.

Tivemos um ano que começou bem. Janeiro e fevereiro, com normalidade. Meados de março, declarada a pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Daí em diante, decretos e decretos de quarentena. Foram vários meses em isolamento social. Nestes meses críticos, a curva negativa de negócios aumentou. À medida que retornava gradativamente à normalidade, com alguma flexibilização, melhoramos nossa carteira de crédito, mas não chegamos a 100% de empréstimos.

No entanto, com muito trabalho, gestão e dedicação na melhoria dos processos, o resultado do Sicoob Roraima foi o melhor de todos. Tivemos bom desempenho em sobras, devido aos recebimentos de operações que haviam sido contabilizadas em prejuízo em anos anteriores, mas podemos destacar que as receitas de prestação de serviços contribuíram para o nosso resultado – como as receitas de seguros, consórcios, crédito rural e consignados.

Com o isolamento social, tivemos maior interação digital com o nosso cooperado, estimulando o uso de ferramentas como o Sicoob Net Empresarial Mobile, restringindo a ida à cooperativa apenas em casos realmente necessários e inevitáveis. Também utilizamos a metodologia de limitar a quantidade de pessoas dentro da agência e implantamos os canais de atendimento digitais para fazer negócios, como, por exemplo, as assinaturas digitais em contratos de crédito. Todos esses sistemas tiveram ampla aprovação do cooperado e devem ser úteis no pós-pandemia pra agilizar operação e ter maior ganho de tempo e produtividade para o cooperado.

Temos uma visão de que a pandemia será um divisor de águas em nossa sociedade. Para nosso segmento, teremos um novo cenário no pós-pandemia, movimento transformador no qual já convivemos parcialmente. Atravessamos parte desta turbulência com muita dedicação e empenho de uma equipe de colaboradores dedicados, diretores líderes e cooperados leais. Tivemos, ao nosso lado, a Central Sicoob Uni, um suporte fundamental para nos resguardar diante de tamanho desafio. Em um ano em que nem o mais pessimista dos pessimistas poderia prever tamanha calamidade, saímos prontos para lutar novas batalhas, fortes para novos combates, para defender o cooperativismo que acreditamos, unidos e fortes. Obrigado a todos.

Luis Andrés Bazan Sanchez



2020 - UM ANO INESQUECÍVEL

A pandemia da COVID-19 marcou de forma indelével a história da humanidade.

O imenso impacto na saúde e na qualidade de vida, no mundo como um todo, teve desdobramentos também muito fortes na economia dos países e das pessoas.

No Brasil, o setor financeiro teve a pior lucratividade na comparação com as últimas décadas. Sofreu o impacto direto da pandemia e da redução da atividade econômica. Mas recebeu um impacto de força similar com a redução dos juros básicos - SELIC - para a menor média da história brasileira, estabilizando-se em 2% ao ano. Os provisionamentos por possíveis perdas com empréstimos correram parte dos lucros do ano. O lucro combinado das grandes instituições financeiras fechou 2020 em média um quarto a menos do

que o do ano anterior. A rentabilidade dos quatro maiores bancos com capital aberto - segundo estudo da Economática - caiu de 19,1% (2019) para 13,5% (2020).

Para 2021, o cenário é bem menos turvo. Os bancos já estão mais enxutos com os ajustes, reduções de agências, menor custo de risco e investimentos em tecnologia, provisionamentos já foram realizados e a taxa Selic deve assumir um viés de alta. Tudo favorece a recuperação dos resultados na comparação com a base deste ano que fechou.

O Sistema Sicoob, contudo, se fortaleceu.

Cresceu em número de agências, quantidade de cooperados, em operações de crédito e resultados financeiros.

Quando se analisa os dados da nossa Central Sicoob Uni, a realidade é bastante alvissareira.

As cooperativas filiadas avançaram nos seus processos de desenvolvimento de negócios e aperfeiçoamento da governança. E a própria Central acompanhou o ritmo.

O consolidado das cooperativas filiadas apresentou um aumento dos ativos totais de 45%, ultrapassando 12 bilhões de reais. Os depósitos cresceram 48%, atingindo 8 bilhões de reais e as operações de crédito tiveram aumento de 41%, superando 6 bilhões de reais.

O resultado financeiro foi espetacular: aumentou de cerca de 305 para quase 370 milhões de reais.

Que 2021 seja um ano com menor sofrimento para as pessoas e para a economia!

Que em 2021 nossas cooperativas prossigam na senda do crescimento e do desenvolvimento!

E que Deus nos ajude!





CENTRO COOPERATIVO SICOOB (CCS)

INSTITUTO VOLTADO PARA O INVESTIMENTO SOCIAL ESTRATÉGICO
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
SEGURADORA DO RAMO VIDA E PREVIDÊNCIA
PROCESSADORA E BANDEIRA DE CARTÕES
ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
BANCO COOPERATIVO
CONFEDERAÇÃO

COOPERATIVA CENTRAL

COOPERATIVA SINGULAR

COOPERADOS



Propósito

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

Missão

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

Visão

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

Valores

Respeito e Valorização das Pessoas;
Cooperativismo e Sustentabilidade;
Ética e Integridade;
Excelência e Eficiência;
Liderança Inspiradora;
Inovação e Simplicidade.



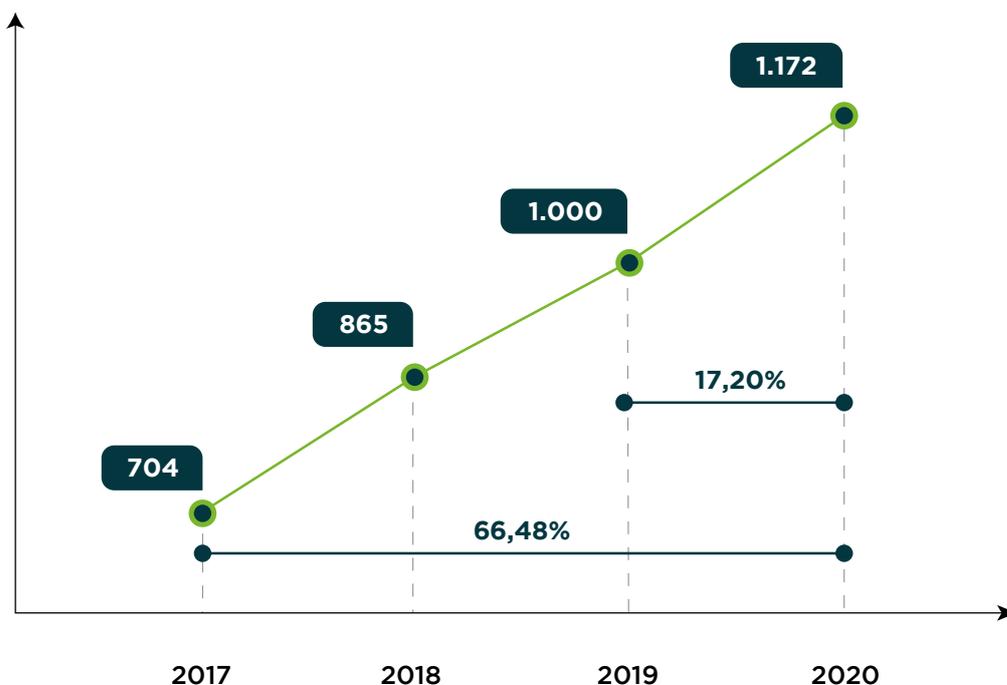
Crescimento do Sicoob Roraima.





COOPERADOS

QUANTIDADE FECHADA EM 31/12/2020



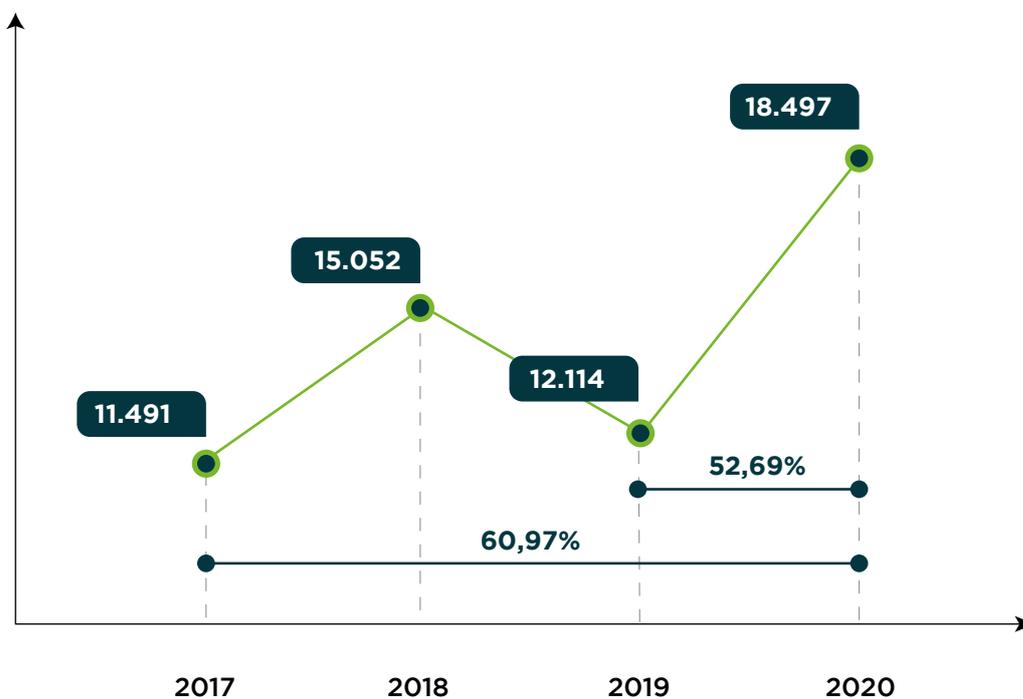
DEPÓSITOS TOTAIS

SALDO FINAL
EM R\$ MIL



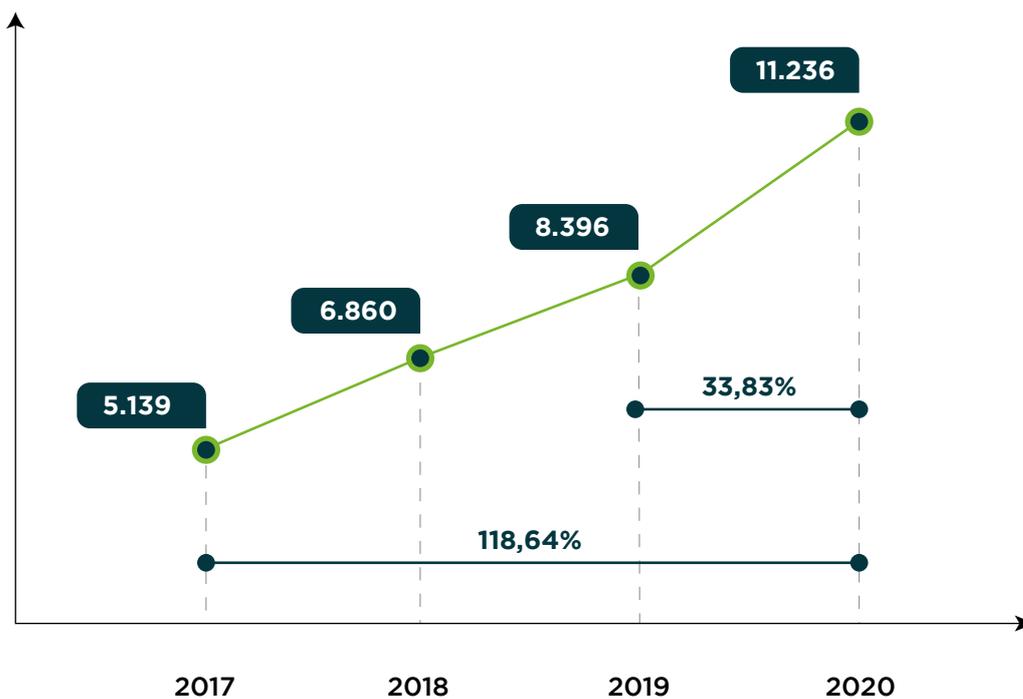
➔ CARTEIRA DE CRÉDITO

SALDO FINAL
EM R\$ MIL



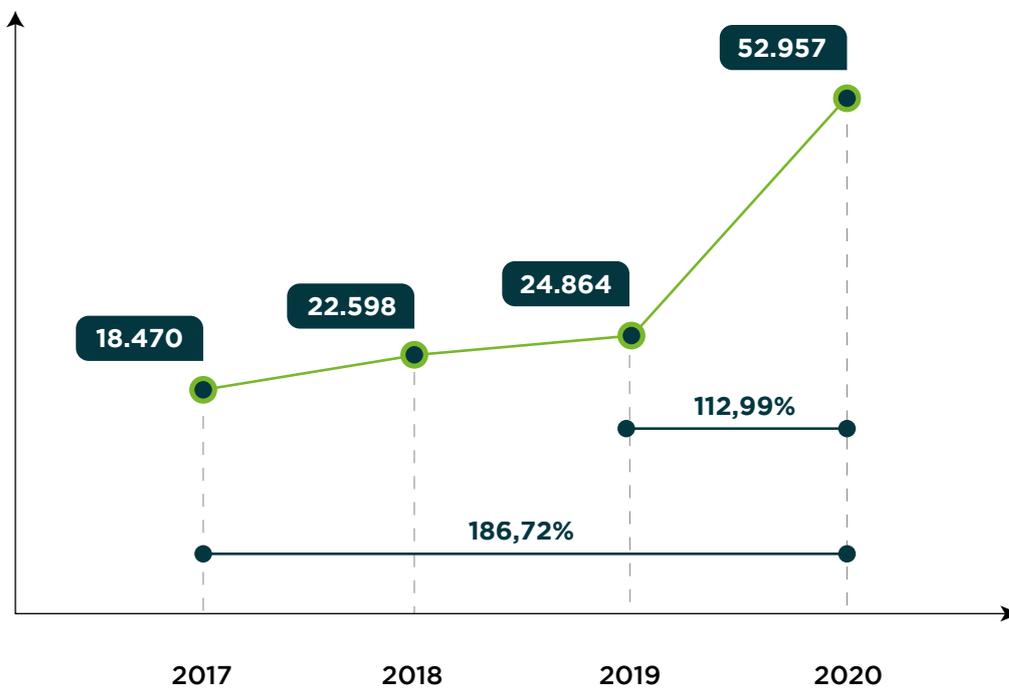
➔ PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SALDO FINAL
EM R\$ MIL



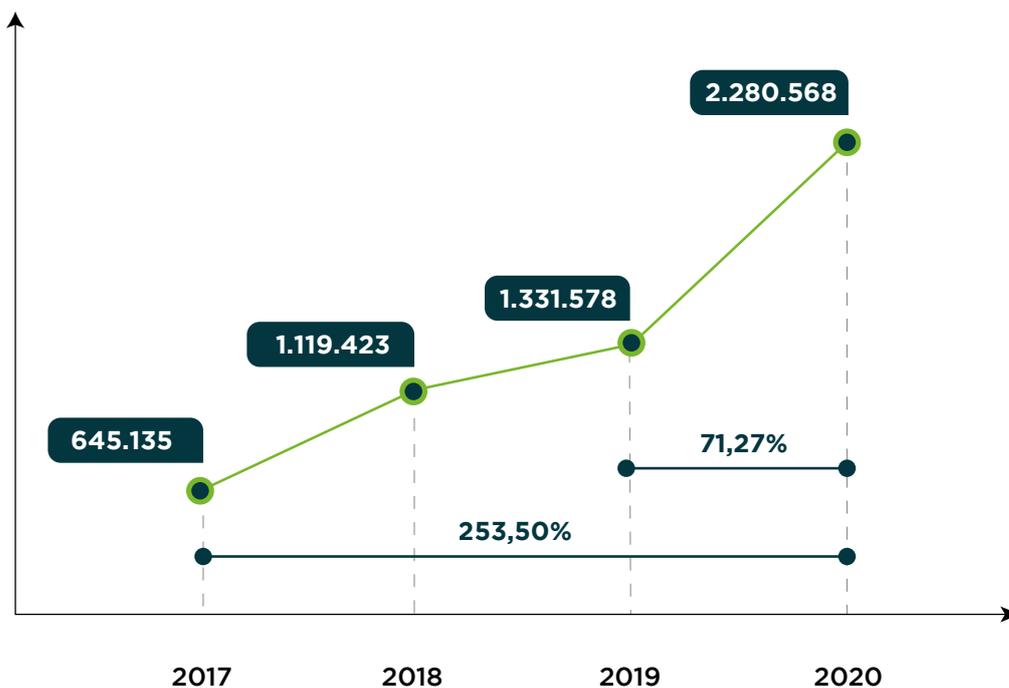
⇒ ATIVO TOTAL

SALDO FINAL
EM R\$ MIL



⇒ SOBRAS DO EXERCÍCIO

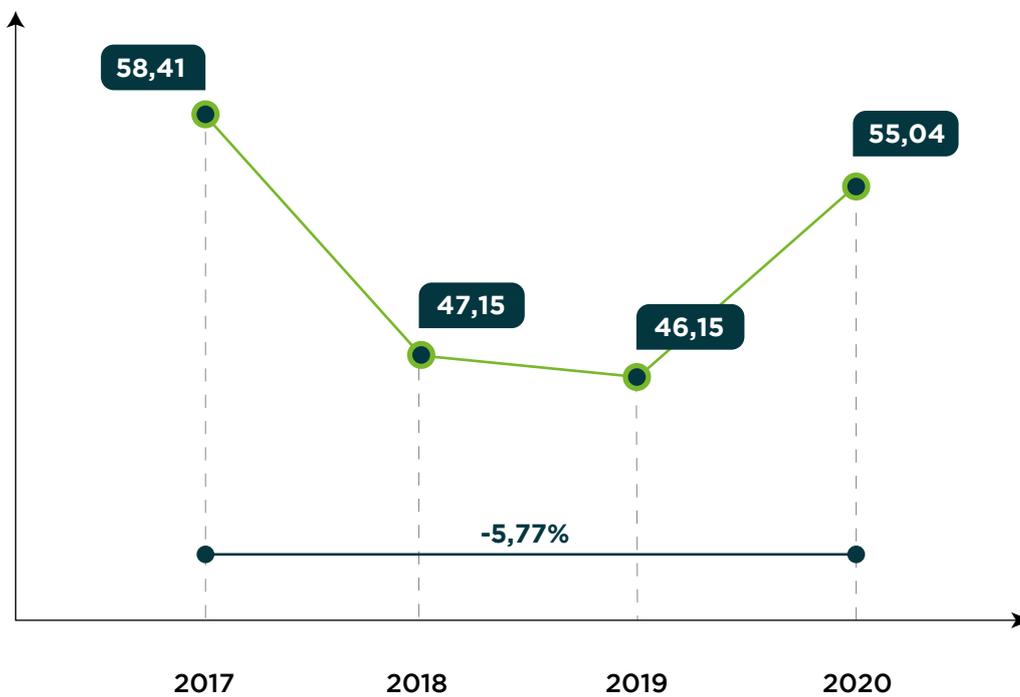
SALDO ACUMULADO NO EXERCÍCIO DE 2020
EM R\$





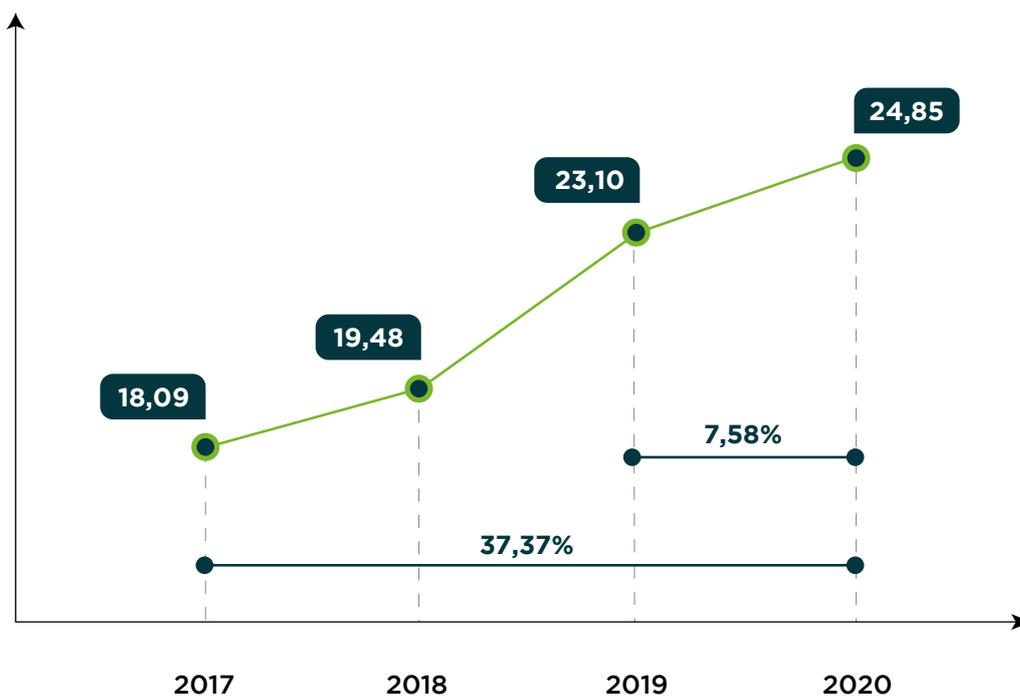
ÍNDICE DE EFICIÊNCIA PADRÃO

ACUMULADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES



RENTABILIDADE DO PL (-JCP): ROE

VALOR CALCULADO CONTA GERENCIAL





RENTABILIDADE DO ATIVO - ROA

VALOR CALCULADO CONTA GERENCIAL



GANHO SOCIAL RENDA AGREGADA 2020

PRODUTOS		SFN TAXA MÉDIA MENSAL	SICOOB RORAIMA TAXA MÉDIA MENSAL	VALOR ECONOMIZADO NO PERÍODO
Juros	CHEQUE ESPECIAL (PF)	6,76%	6,50%	R\$ 26.015
	EMPRÉSTIMOS	2,46%	2,03%	R\$ 691.778
	FINANCIAMENTOS (VEÍCULOS - PF)	1,48%	1,43%	R\$ 455
	CARTÃO CRÉDITO (ROTATIVO)	12,53%	9,00%	R\$ 257.032
	CARTÃO CRÉDITO (PARCELADO)	7,99%	7,50%	R\$ 5.917
	CHEQUE ESPECIAL (PJ)/CONTA GARANTIDA	2,22%	4,79%	-R\$ 312.638
	TÍTULOS DESCONTADOS	1,83%	N/D	-
	FINANCIAMENTOS (VEÍCULOS - PJ)	0,94%	1,49%	-R\$ 3.566
	FINANCIAMENTOS (BENS E SERVIÇOS - PJ)	0,98%	1,00%	-R\$ 17
Total juros			R\$ 664.977	
Tarifas	PESSOA FÍSICA ¹	R\$ 53,67	R\$ 12,34	R\$ 233.610
	PESSOA JURÍDICA ²	R\$ 155,01	R\$ 44,20	R\$ 468.053
Total tarifas			R\$ 701.663	
Consórcios ³	IMÓVEIS	18,47%	6,93%	R\$ 5.922
	CAMINHÕES	12,76%	9,41%	R\$ 644
	VEÍCULOS	13,46%	6,28%	R\$ 3.904
	MOTOS	14,30%	6,48%	R\$ 131
	OUTROS BENS	15,05%	N/D	-
	SERVIÇOS	16,44%	N/D	-
Total consórcios			R\$ 10.601	
Captação (remuneração)	DEPÓSITOS A PRAZO	0,34%	0,21%	-R\$ 181.546
Total captação			-R\$ 181.546	
Adquirência	TRANSAÇÃO DÉBITO (MDR)	1,95%	1,59%	R\$ 92.893
	TRANSAÇÃO CRÉDITO À VISTA (MDR)	3,08%	2,50%	R\$ 59.950
	TRANSAÇÃO CRÉDITO PARCELADO (MDR)	5,85%	2,83%	R\$ 439.734
	TAXA ANTECIPAÇÃO	2,84%	2,20%	R\$ 315.781
Total adquirência			R\$ 908.358	
Economia total			R\$ 2.104.052	
Sobras brutas à disposição da AGO⁴			R\$ 2.280.568	
Economia total + Sobras brutas à disposição da AGO			R\$ 4.384.621	
Cooperados ativos (qtd) - SICOOB RORAIMA			823	
VALOR ECONOMIZADO (MÉDIA POR COOPERADO ATIVO)			R\$ 5.328	

Fonte: Centro Cooperativo Sicoob, Banco Central do Brasil e CardMonitor.

Nota: Taxas do SFN (média do período)/Não constam os produtos Seguros e Previdência, devido à impossibilidade de obtenção das taxas médias de mercado.

Elaboração: Centro Cooperativo Sicoob - Estratégia e Gestão/Inovação e Análise de Mercado.

¹Tarifas SFN PF: valor médio "Pacote Padronizado de Serviços III" (Tabela II anexa à Resolução CMN nº 4.196, de 15 de março de 2013).

²Tarifas SFN PJ: média dos valores cobrados nos seguintes eventos: abertura de conta, cartão múltiplo, talonário de cheque com 10 folhas, extrato, DOC, TED, saque e pacote de serviços.

³ Os valores de consórcios são calculados pela soma das cotas ativas no período de referência. Para efeito de cálculo considera-se a taxa de administração mensal equivalente ao período analisado.

⁴ Assembleia Geral Ordinária.

**Conceitos Gerais:**

A Cooperativa integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, composto pelas cooperativas singulares associadas às cooperativas centrais e por estas, filiadas à Confederação, bem como por aquelas instituições vinculadas ao sistema. Ou seja, o SICOOB, formado em três níveis, singulares, centrais e confederação, é coordenado pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A Cooperativa possui e também participa de políticas e de mecanismos sistêmicos para incorporar a sustentabilidade em suas estratégias de negócios e gerenciar os principais riscos econômicos, sociais e ambientais que têm impacto sobre suas atividades.

Esse conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, permite aos associados definirem e assegurarem a execução dos objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade, perenidade e para o fortalecimen-



to dos princípios cooperativistas.

Nesse contexto, a Cooperativa:

- desde sua constituição, evoluiu do modelo de Governança Corporativa 'monístico' [direção estratégica e gestão executiva pertencendo ao mesmo órgão de administração] para o modelo 'dual' [segregação entre a direção estratégica e a gestão executiva];

- aplicou o estatuto modelo sistêmico do Sicoob;

- desde 2016, participa e/ou patrocina a construção e a elaboração da política de sucessão e construção desse processo, composto pelos planos de Sucessão, de Recrutamento, de Seleção e de Capacitação, via das discussões pertinentes e sistêmicas – interna, local, regional e nacional;

- submissa ao princípio da 'obediência consentida', integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, regendo-se também por suas normas e pelas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções), adotou e aderiu:

- ° ao SGR – Sistema de Garantias Recíprocas, observados os dispositivos estatutários e normativos atinentes;

- ° como forma operacional, à

centralização financeira e de serviços disponibilizados pelo Sistema, regional ou nacional;

- ° ao compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único mantido pelo Bancoob, tendo como premissa garantir a qualidade do atendimento e a satisfação dos associados, clientes, fornecedores e usuários, ratificando o compromisso com a transparência nessas relações;

- ° ao monitoramento, à supervisão, à orientação administrativa e operacional sistêmicos, composto de:

- Controle Interno que, alinhado à estratégia corporativa e sistêmica, atua no gerenciamento de riscos e controles;

- Auditorias – interna e externa (de Balanço e Demonstrações Financeiras e Contábeis), que estão em conformidade com as regulamentações vigentes e em linha com as melhores práticas.

- na Segurança Institucional, apoia e contribui ativamente com ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro. No período, nossos empregados, diretores e conselheiros

ros participaram dos treinamentos promovidos sobre o tema.

Com esse modelo de atuação, a Cooperativa e o Sistema asseguraram a disseminação de seus valores e das boas práticas de governança corporativa e cooperativista, ao tempo em que garantem o alinhamento estratégico e a geração de valor para o seu quadro social.

Estrutura de Governança:

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais e estatutários: Assembleia Geral (AG), Conselho de Administração (Conad), Diretoria Executiva (Direx) e Conselho Fiscal (Cofis).

1 AG – Assembleia Geral:

A AG é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da cooperativa e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes. Nessa afinação, dentre todas, algumas das funções principais da AG, são:

- conhecer da prestação de contas dos órgãos de administração relativamente ao exercício social anterior acompanhada de pa-

receres da Auditoria e do Conselho Fiscal, examinando, discutindo e deliberando:

- ° relatório da gestão;
- ° demonstrativos financeiros e contábeis de balanço;
- ° demonstrativo dos resultados – das sobras ou perdas apuradas.
 - destinação dos resultados;
 - eleger os membros do Conad e do Cofis, bem como fixar a respectiva remuneração;
 - reformar o estatuto.

A AG elege os membros do Cofis e do Conad e este, os membros da Direx. A sucessão e renovação obedecem aos ditames e aos critérios estabelecidos – legais, estatutários e regimentais –, além das políticas e regulamentos afins.

A remuneração dos diretores e dos conselheiros é deliberada pela AG.

2 Conad – Conselho de Administração:

O Conad, composto de 8 membros efetivos com mandato de 4 anos, órgão colegiado, tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras. Ou seja, o conselho define o caminho e monitora o percurso. Dentre os membros, um é o Presidente.

3 Direx – Diretoria Executiva:

A Direx, composta de 3 membros – Diretor-Presidente, Diretor Ad-

ministrativo e Diretor Financeiro, comporta as funções operacionais ou executivas.

4 Cofis - Conselho Fiscal:

Ao Cofis, composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato de 2 anos, compete a fiscalização da sociedade.

5 Gestão da Ética:

A Cooperativa também adota o Código de Ética do Sistema Sicoob, que se aplica a todo seu público interno, desde as pessoas da alta administração até aquelas estagiárias e jovens aprendizes e estabelece compromissos de conduta a serem seguidos em seu âmbito, bem como no relacionamento dessas pessoas com órgãos de governo, concorrentes, fornecedores, prestadores de serviço e demais parceiros externos.

6 Ouvidoria:

A Cooperativa aderiu ao convênio para compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único definido pelo Sicoob, cujas atribuições principais, são:

- prestar atendimento às demandas dos associados, clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Cooperativa;
- atuar como canal de comu-

nicação entre a Cooperativa e os associados, clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;

- manter, semestralmente, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

7 Controle Interno:

Controle Interno consiste num conjunto de políticas e procedimentos que são desenvolvidos e operacionalizados para garantir razoável certeza acerca da confiança que pode ser depositada nas demonstrações financeiras e nos seus processos correlatos, bem como na correta apresentação daquelas demonstrações financeiras, garantindo que foram preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos e que incluem políticas e procedimentos de manutenção dos registros contábeis, aprovações em níveis adequados e salvaguarda de ativos.

A área de Controle Interno e Riscos corresponde às diretrizes, aos procedimentos, às pessoas, aos sistemas informatizados e qualquer outra ferramenta que deverá ser adotada pelos demais departamentos da instituição, para garantir razoável segurança no alcance dos objetivos estratégicos, observadas

as premissas de eficiência e efetividade operacional e confiança nos registros.

Principais objetivos dos controles internos e riscos

Com base na conceituação teórica, pode-se dizer que os principais escopos de um sistema bem estruturado de controles internos e riscos são:

- promover fidedignidade e imparcialidade na produção de relatórios contábeis;
- fornecer informações oportunas e facilmente acessíveis, possibilitando uma condução eficiente e eficaz dos processos;
- garantir a aderência dos processos internos e das ações em geral aos objetivos do planejamento estratégico, evitando desvios de diretrizes;
- salvaguardar o patrimônio, dando suporte ao gerenciamento de riscos e minimizando eventuais perdas financeiras decorridas de má gestão;
- monitorar o apetite ao risco definido pelo Conselho de Administração da organização;
- manter a instituição em níveis mínimos de conformidade, promovendo um sistema de controles internos efetivo.





A administração do Sicoob Roraima, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as demonstrações financeiras e contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.

Seguindo os valores cooperativistas, em especial a transparência, esclarecemos aos nossos cooperados a situação econômico-financeira e patrimonial da cooperativa, buscando voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

No decorrer de 2020, a cooperativa atuou em diversas iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua; adaptou-se para apoiar seus cooperados e atendê-los com segurança em razão da pandemia da Covid-19, e ainda garantir a plena continuidade dos trabalhos de seus colaboradores mesmo no contexto pandêmico; além de promover ações em atenção à sociedade em geral.

Como direcionador de trabalho, tivemos o Planejamento Estratégico 2020-2023. Entre as grandes metas aspiracionais temos: crescer 25% em Ativos Totais, crescer 25% em Operações de Crédito, crescer 17% em número de cooperados e crescer 30% em Depósitos Totais. Com todo esse resultado, conseguimos rentabilizar os ativos em 3,16%.

Apesar da pandemia, foram atingidos os seguintes números abaixo mencionados:

Dados	Realizado
Cooperados	1.172
Depósitos Totais*	R\$ 34.166
Carteira de Crédito*	R\$ 18.497
Patrimônio Líquido*	R\$ 11.236
Ativo Total*	R\$ 52.957
Sobras do Exercício	R\$ 2.280.568

*Valores em milhares



BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		52.957.408,49	24.864.054,76
Circulante		43.515.401,89	18.088.741,63
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	31.661.397,30	10.505.567,70
Disponibilidades		458.285,76	295.948,71
Centralização Financeira - Cooperativas		31.203.111,54	10.209.618,99
Operações de Crédito	5	11.471.844,96	7.190.827,27
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		6.651.251,85	7.127.008,54
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(1.133.640,28)	(1.451.484,44)
Financiamentos		1.141.268,03	1.754.383,65
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(145.634,07)	(239.080,48)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		5.001.865,37	-
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(43.265,94)	-
Outros Créditos	6	186.831,39	195.674,01
Créditos por Avais e Fianças Honradas		66.354,97	340.581,48
Rendas a Receber		112.466,89	112.950,21
Diversos		55.873,66	55.731,46
Créditos Tributários		11.660,91	11.660,95
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(59.525,04)	(325.250,09)
Outros Valores e Bens	7	195.328,24	196.672,65
Outros Valores e Bens		160.998,86	179.954,00
Despesas Antecipadas		34.329,38	16.718,65
Não Circulante		9.442.006,60	6.775.313,13
Realizável a Longo Prazo		7.025.518,90	4.924.007,97
Operações de Crédito	5	7.025.518,90	4.924.007,97
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		5.642.584,74	4.240.985,30
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(806.006,22)	(963.821,19)
Financiamentos		986.156,73	1.880.899,43
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(58.815,57)	(234.055,57)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		1.282.099,67	-
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(20.500,45)	-
Permanente		2.416.487,70	1.851.305,16
Investimentos	8	902.108,89	874.730,39
Participação em Cooperativa Central de Crédito		813.613,57	791.777,79
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa de Crédito		88.495,32	82.952,60
Imobilizado de Uso	9	1.509.351,36	969.613,28
Imobilizado de Uso		1.772.622,24	1.183.614,60
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(263.270,88)	(214.001,32)
Intangível	10	5.027,45	6.961,49
Ativos Intangíveis		13.563,04	13.563,04
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(8.535,59)	(6.601,55)
Total do Ativo		52.957.408,49	24.864.054,76

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO		41.720.428,05	16.467.078,23
Circulante		40.421.756,84	16.447.819,92
Depósitos	11	34.166.877,32	15.748.530,60
Depósitos à Vista		16.336.762,93	7.099.919,80
Depósitos a Prazo		17.830.114,39	8.648.610,80
Relações Interfinanceiras	12	4.999.409,70	-
Repasses Interfinanceiros		4.999.409,70	-
Relações de Interdependências		25,00	-
Recursos em Trânsito de Terceiros		25,00	-
Outras Obrigações		1.255.444,82	699.289,32
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	13a	33,31	3.466,89
Sociais e Estatutárias	13b	379.142,45	153.456,31
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	13c	128.148,22	53.195,28
Diversas	13d	748.120,84	489.170,84
Não Circulante		1.298.671,21	19.258,31
Relações Interfinanceiras		1.282.099,67	-
Repasses Interfinanceiros		1.282.099,67	-
Outras Obrigações		16.571,54	19.258,31
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	14	15.382,46	15.382,46
Diversas		1.189,08	3.875,85
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.236.980,44	8.396.976,53
Capital Social		5.963.869,47	5.135.529,36
De Domiciliados No País		6.299.219,47	5.347.962,03
(-) Capital A Realizar		(335.350,00)	(212.432,67)
Reserva de Sobras		3.896.709,42	2.462.500,21
Sobras ou Perdas Acumuladas		1.376.401,55	798.946,96
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		52.957.408,49	24.864.054,76

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		2.551.832,05	5.436.954,57	2.755.046,60	6.148.426,68
Operações de Crédito		2.269.267,75	4.943.013,01	2.537.153,63	5.774.272,76
Resultado das Aplicações Compulsórias		87.136,36	95.111,76	28.609,09	28.609,09
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		195.427,94	398.829,80	189.283,88	345.544,83
Dispêndio da Intermediação Financeira		(354.862,69)	(1.178.460,83)	(1.318.811,07)	(2.701.676,58)
Operações de Captação no Mercado		(136.300,46)	(316.420,47)	(252.024,42)	(482.704,12)
Operações de Empréstimos e Repasses		(78.287,36)	(134.952,52)	(5.060,97)	(63.098,12)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(140.274,87)	(727.087,84)	(1.061.725,68)	(2.155.874,34)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		2.196.969,36	4.258.493,74	1.436.235,53	3.446.750,10
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(905.874,84)	(1.716.317,68)	(639.217,15)	(1.717.690,23)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço		369.981,38	620.904,54	239.446,75	409.291,85
Rendas (Ingressos) de Tarifas		169.708,25	321.915,01	166.454,50	300.454,39
Despesa (Dispêndios) de Pessoal		(935.853,70)	(1.760.869,40)	(799.945,08)	(1.510.957,64)
Despesas (Dispêndios) Administrativas		(923.791,55)	(1.733.128,41)	(855.465,68)	(1.609.311,55)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(54.463,88)	(86.141,16)	(30.859,28)	(55.968,59)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais		710.148,17	1.362.989,28	885.860,29	1.310.237,33
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais		(34.105,82)	(92.884,39)	(83.829,16)	(144.084,46)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		(207.497,69)	(349.103,15)	(160.879,49)	(417.351,56)
Resultado Operacional		1.291.094,52	2.542.176,06	797.018,38	1.729.059,87
Outras Receitas e Despesas		(20.982,65)	(21.047,25)	9.143,64	18.279,54
Outras Receitas		11.637,47	24.034,33	17.572,16	28.812,32
Outras Despesas		(17.620,12)	(30.081,58)	(8.428,52)	(10.532,78)
Resultado Antes da Tributação e Participações		1.270.111,87	2.521.128,81	806.162,02	1.747.339,41
Imposto de Renda		(21.797,30)	(48.420,26)	20.054,33	(10.777,97)
Contribuição Social		(20.278,38)	(44.394,08)	14.921,41	(10.777,97)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		1.228.036,19	2.428.314,47	841.137,76	1.725.783,47
Juros ao Capital		(147.746,00)	(147.746,00)	(314.205,21)	(394.205,21)
Sobras/Perdas Líquidas		1.080.290,19	2.280.568,47	526.932,55	1.331.578,26

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas Antes das Destinações		1.228.036,19	2.428.314,47	841.137,76	1.725.783,47
Ajuste de Exercícios Anteriores		(798.946,96)	-	-	80.000,00
Juros ao Capital Recebido		21.835,78	21.835,78	44.480,62	44.480,62
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(5.541,65)	-	(9.029,28)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		140.274,87	727.087,84	1.061.725,68	2.155.874,34
Provisão de Juros ao Capital		(147.746,00)	(147.746,00)	(314.205,21)	(394.205,21)
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		207.497,69	349.103,15	160.879,49	417.351,56
Destinações de Sobras		-	-	(66.578,91)	(66.578,91)
(Ganho)/Perdas por Baixas de Imobilizado		-	-	-	774,93
Depreciações e Amortizações		48.707,01	81.321,34	25.257,02	45.866,16
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações		699.658,58	3.454.374,93	1.752.696,45	4.000.317,68
Aumento (redução) em ativos operacionais		-	-	-	-
Operações de Crédito		(5.499.366,67)	(7.109.616,46)	663.258,82	781.893,67
Outros Créditos		30.876,44	(34.828,94)	92.971,54	(195.423,26)
Outros Valores e Bens		32.594,00	1.344,41	(149.659,09)	(172.712,50)
Aumento (redução) em passivos operacionais		-	-	-	-
Depósitos à Vista		7.131.360,65	9.236.843,13	2.782.544,40	3.381.260,93
Depósitos a Prazo		6.583.563,46	9.181.503,59	-	390.066,32
Relações de Interdependências		25,00	25,00	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses		-	-	-	(3.000.000,00)
Outras Obrigações		256.493,40	297.179,92	(319.398,30)	(518.392,81)
Destinação de Sobras Exercício Anterior ao FATES		-	-	53.725,66	-
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos		(163.027,63)	(163.027,63)	-	-
FATES - Sobras Exercício		(105.877,04)	(105.877,04)	(66.578,91)	(66.578,91)
Imposto de Renda		(21.797,30)	(48.420,26)	20.054,33	(10.777,97)
Contribuição Social		(20.278,38)	(44.394,08)	14.921,41	(10.777,97)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		13.857.997,95	20.946.615,94	4.844.536,31	4.578.875,18
Atividades de Investimentos		-	-	-	-
Recebimento Dividendos		21.835,78	27.377,43	44.480,62	53.509,90
Aquisição de Intangível		0,00	-	0,00	1.200,26
Aquisição de Imobilizado de Uso		(369.836,71)	(619.125,38)	(54.398,56)	(182.282,64)
Aquisição de Investimentos		(21.835,78)	(27.378,50)	(44.480,62)	(68.027,30)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(369.836,71)	(619.126,45)	(54.398,56)	(195.599,78)
Atividades de Financiamentos		-	-	-	-
Aumento por Novos Aportes de Capital		629.519,67	949.294,67	365.253,79	639.441,57
Devolução de Capital aos Cooperados		(206.014,04)	(250.105,89)	(188.109,13)	(339.195,59)
Estorno de Capital		(10.750,00)	(13.950,00)	(1.050,00)	(1.625,00)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital a Pagar		-	-	(53.725,66)	(53.764,42)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		-	-	-	(177.249,16)
Juros ao Capital Líquido de IRRF		143.101,33	143.101,33	270.805,29	270.805,29
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		555.856,96	828.340,11	393.174,29	338.412,69
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		14.044.018,20	21.155.829,60	5.183.312,04	4.721.688,09
Modificações em Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas		-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		16.818.432,14	10.505.567,70	5.322.255,66	5.783.879,61
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		31.661.397,30	31.661.397,30	10.505.567,70	10.505.567,70
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		14.842.965,16	21.155.829,60	5.183.312,04	4.721.688,09

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Notas	Capital			Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva de Capital	Reserva Legal		
Saldo em 31/12/2018		4.287.233	(136.384)	-	2.010.861	698.434	6.860.143
Ajustes de Exercícios Anteriores						-	-
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores						-	-
Destinações de Sobras Exercício Anterior:						-	-
Ao FATES						-	-
Outras Destinações						-	-
Constituição de Reservas					52.166	(52.166)	-
Em Conta Corrente do Associado						(177.249)	(177.249)
Ao Capital		415.254				(415.254)	-
Cotas de Capital a Pagar - Ex-associados						(53.764)	(53.764)
Outros Eventos/Reservas				-			-
Constituição de reservas por Incorporações					-	-	-
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		715.491	(76.049)				639.442
Por Devolução (-)		(339.196)					(339.196)
Estorno de Capital		(1.625)					(1.625)
Cancelamento de Capital		-					-
Reversões de Reservas					-	-	-
Sobras ou Perdas Brutas						1.725.783	1.725.783
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital						(394.205)	(394.205)
Juros ao Capital		271.261					271.261
IRRF sobre Juros ao Capital		(456)					(456)
Juros ao Capital - Conta Corrente		-					-
IRRF sobre Juros ao Capital - Conta Corrente		-					-
Juros ao Capital - Ex-associados		-					-
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex-associados		-					-
Movimentações por Incorporações				-	-	-	-
FATES - Atos Não Cooperativos						-	-
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
Fundo de Reserva					399.473	(399.473)	-
Outros Fundos Estatutários						(66.579)	(66.579)
F A T E S						(66.579)	(66.579)
Saldo em 31/12/2019		5.347.962	(212.433)	-	2.462.500	798.947	8.396.977
Ajustes de Exercícios Anteriores						-	-
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores						-	-
Destinações de Sobras Exercício Anterior:						-	-
Ao FATES						-	-
Outras Destinações						-	-
Constituição de Reservas					798.947	(798.947)	-
Em Conta Corrente do Associado						-	-
Ao Capital		-				-	-
Cotas de Capital a Pagar - Ex-associados						-	-
Outros Eventos/Reservas				-			-
Constituição de reservas por Incorporações					-	-	-
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		1.072.212	(122.917)				949.295
Por Devolução (-)		(250.106)					(250.106)
Estorno de Capital		(13.950)					(13.950)
Cancelamento de Capital		-					-
Reversões de Reservas					-	-	-
Sobras ou Perdas Brutas						2.428.314	2.428.314
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital						(147.746)	(147.746)
Juros ao Capital		143.111					143.111
IRRF sobre Juros ao Capital		(10)					(10)
Juros ao Capital - Conta Corrente		-					-
IRRF sobre Juros ao Capital - Conta Corrente		-					-
Juros ao Capital - Ex-associados		-					-
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex-associados		-					-
Movimentações por Incorporações				-	-	-	-
FATES - Atos Não Cooperativos						(163.028)	(163.028)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
Fundo de Reserva					635.262,25	(635.262)	-
Outros Fundos Estatutários						(105.877)	(105.877)
F A T E S						(105.877)	(105.877)
Saldo em 31/12/2020		6.299.219	(335.350)	-	3.896.709	1.376.402	11.236.980

Eventos	Notas	Capital			Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva de Capital	Reserva Legal		
Saldo em 30/06/2019		4.876.562	(187.933)	-	2.063.027	804.646	7.556.302
Ajustes de Exercícios Anteriores						-	-
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores						-	-
Destinações de Sobras Exercício Anterior:						-	-
Ao FATES						-	-
Outras Destinações						-	-
Constituição de Reservas						-	-
Em Conta Corrente do Associado						-	-
Ao Capital						-	-
Cotas de Capital a Pagar - Ex-associados						-	-
Outros Eventos/Reservas						-	-
Constituição de reservas por Incorporações						-	-
Movimentação de Capital:						-	-
Por Subscrição/Realização		389.754	(24.500)			-	365.254
Por Devolução (-)		(188.109)				-	(188.109)
Estorno de Capital		(1.050)				-	(1.050)
Cancelamento de Capital		-				-	-
Reversões de Reservas						-	-
Sobras ou Perdas Brutas						841.138	841.138
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital						(314.205)	(314.205)
Juros ao Capital		271.261					271.261
IRRF sobre Juros ao Capital		(456)					(456)
Juros ao Capital - Conta Corrente		-					-
IRRF sobre Juros ao Capital - Conta Corrente		-					-
Juros ao Capital - Ex-associados		-					-
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex-associados		-					-
Movimentações por incorporações						-	-
FATES - Atos Não Cooperativos						-	-
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
Fundo de Reserva						399.473	(399.473)
Outros Fundos Estatutários							(66.579)
F A T E S							(66.579)
Saldo em 31/12/2019		5.347.962	(212.433)	-	2.462.500	798.947	8.396.977
Saldo em 30/06/2020		5.702.045	(294.033)	-	2.462.500	1.999.225	9.869.738
Ajustes de Exercícios Anteriores						-	-
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores						-	-
Destinações de Sobras Exercício Anterior:						-	-
Ao FATES						-	-
Outras Destinações						-	-
Constituição de Reservas						798.947	(798.947)
Em Conta Corrente do Associado						-	-
Ao Capital						-	-
Cotas de Capital a Pagar - Ex-associados						-	-
Outros Eventos/Reservas						-	-
Constituição de reservas por Incorporações						-	-
Movimentação de Capital:						-	-
Por Subscrição/Realização		670.837	(41.317)			-	629.520
Por Devolução (-)		(206.014)				-	(206.014)
Estorno de Capital		(10.750)				-	(10.750)
Cancelamento de Capital		-				-	-
Reversões de Reservas						-	-
Sobras ou Perdas Brutas						1.228.036	1.228.036
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital						(147.746)	(147.746)
Juros ao Capital		143.111					143.111
IRRF sobre Juros ao Capital		(10)					(10)
Juros ao Capital - Conta Corrente		-					-
IRRF sobre Juros ao Capital - Conta Corrente		-					-
Juros ao Capital - Ex associados		-					-
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex-associados		-					-
Movimentações por incorporações						-	-
FATES - Atos Não Cooperativos							
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
Fundo de Reserva						635.262	(635.262)
Outros Fundos Estatutários							
F A T E S							(105.877)
Saldo em 31/12/2020		6.299.219	(335.350)	-	3.896.709	1.376.402	11.236.980

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	Notas	2° Sem 2020	31/12/2020	2° Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		1.228.036,19	2.428.314,47	841.137,76	1.725.783,47
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		1.228.036,19	2.428.314,47	841.137,76	1.725.783,47

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
VALORES EM REAIS (R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RORAIMA LTDA. - SICOOB RORAIMA** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **01/10/1997**, filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB RORAIMA** possui **1** Posto de Atendimento (PA) em Boa Vista.

O **SICOOB RORAIMA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas

e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 19/03/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. - Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a resolução 4.720 de 30 de maio de 2019, Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução nº2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente - DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN 4.818, de 29 de maio de 2020. A norma consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras.

A Resolução CMN 4.818/20 entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, exceto para o disposto no artigo 10, parágrafo único, que trata das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas adotando o padrão contábil internacional, que somente produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

O Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para passivos contingentes, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos - *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020**, não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Disponibilidades

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa (I)	458.285,76	295.948,71
Relações interfinanceiras - Centralização Financeira (II)	31.203.111,54	10.209.618,99
TOTAL	31.661.397,30	10.505.567,70

(I) Refere-se aos valores que a cooperativa mantém em sua dependência (tesouraria e terminal de autoatendimento) e em custódia na tesouraria centralizadora (numerário em trânsito em poder da transportadora de valores para reciclagem, onde o excedente é depositado em reservas bancárias).

(II) Conta Centralizadora da cooperativa na **Central SICOOB UNI**. Os rendimentos auferidos com a centralização financeira nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram respectivamente **R\$ 398.904,74 e R\$ 345.544,83**.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	6.651.251,85	5.642.584,74	12.293.836,59	11.367.993,84
Financiamentos	1.141.268,03	986.156,73	2.127.424,76	3.635.283,08
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	5.001.865,37	1.282.099,67	6.283.965,04	0,00
Total de Operações de Crédito	12.794.385,25	7.910.841,14	20.705.226,39	15.003.276,92
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.322.540,29)	(885.322,24)	(2.207.862,53)	(2.888.441,68)
TOTAL	11.471.844,96	7.025.518,90	18.497.363,86	12.114.835,24

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
A	0,5%	Normal	2.317.633,47	233.640,00	1.827.204,76	4.378.478,23	(21.892,39)	1.407.062,49	(7.035,31)
B	1%	Normal	2.807.867,60	578.299,88	3.953.621,58	7.339.789,06	(73.397,89)	2.394.505,59	(23.945,06)
B	1%	Vencidas	-	-	-	-	-	9.982,95	(99,83)
C	3%	Normal	3.285.345,49	913.324,86	503.138,70	4.701.809,05	(141.054,27)	4.714.475,36	(141.434,26)
C	3%	Vencidas	74.846,64	-	-	74.846,64	(2.245,40)	120.406,77	(3.612,20)
D	10%	Normal	1.204.644,95	112.050,34	-	1.316.695,29	(131.669,53)	1.497.186,89	(149.718,69)
D	10%	Vencidas	-	53.672,07	-	53.672,07	(5.367,21)	709.862,54	(70.986,25)
E	30%	Normal	283.025,34	26.992,24	-	310.017,58	(93.005,27)	1.993.835,30	(598.150,59)
E	30%	Vencidas	76.067,67	48.948,82	-	125.016,49	(37.504,95)	20.814,06	(6.244,22)
F	50%	Normal	264.687,35	59.504,78	-	324.192,13	(162.096,07)	272.659,68	(136.329,84)
F	50%	Vencidas	1.008.702,26	-	-	1.008.702,26	(504.351,13)	117.758,14	(58.879,07)
G	70%	Normal	64.384,19	-	-	64.384,19	(45.068,93)	124.259,42	(86.981,59)
G	70%	Vencidas	58.046,56	-	-	58.046,56	(40.632,59)	51.476,64	(36.033,65)
H	100%	Normal	532.793,77	88.511,28	-	621.305,05	(621.305,05)	483.130,19	(483.130,19)
H	100%	Vencidas	315.791,30	12.480,49	-	328.271,79	(328.271,79)	1.085.860,90	(1.085.860,90)
Total Normal			10.760.382,16	2.012.323,38	6.283.965,04	19.056.670,58	(1.289.489,40)	12.887.114,92	(1.626.725,53)
Total Vencidas			1.533.454,43	115.101,38	-	1.648.555,81	(918.373,07)	2.116.162,00	(1.261.716,12)
Total Geral			12.293.836,59	2.127.424,76	6.283.965,04	20.705.226,39	(2.207.862,47)	15.003.276,92	(2.888.441,65)
Provisões			(1.939.646,50)	(204.449,64)	(63.766,39)	(2.207.862,53)		(2.888.441,68)	
Total Líquido			10.354.190,09	1.922.975,12	6.220.198,65	18.497.363,86		12.114.835,24	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	2.793.928,64	3.857.323,21	5.642.584,74	12.293.836,59
Financiamentos	354.208,96	787.059,07	986.156,73	2.127.424,76
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	332.501,99	4.669.363,38	1.282.099,67	6.283.965,04
TOTAL	3.480.639,59	9.313.745,66	7.910.841,14	20.705.226,39

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamentos Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	323.058,87	-	-	323.058,87	2%
Setor Privado - Serviços	7.745.391,23	1.033.777,70	-	8.779.168,93	42%
Pessoa Física	4.225.386,49	1.093.647,06	6.283.965,04	11.602.998,59	56%
TOTAL	12.293.836,59	2.127.424,76	6.283.965,04	20.705.226,39	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	2.888.441,68	1.276.876,00
Constituições / Reversões	631.918,00	1.872.896,00
Transferência para Prejuízo	(1.312.497,00)	(261.330,00)
TOTAL	2.207.862,68	2.888.442,00

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	1.833.094,12	9%	599.405,44	4%
10 Maiores Devedores	8.560.082,84	41%	4.876.087,13	31%
50 Maiores Devedores	15.910.681,10	75%	11.043.176,04	70%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	1.738.126,19	1.775.574,40
Valor das operações transferidas no período	1.673.392,00	261.330,00
Valor das operações recuperadas no período	(538.264,00)	(298.778,00)
Desconto Concedido em Operações de crédito	(68,55)	-
TOTAL	2.873.185,64	1.738.126,40

h) Operações renegociadas:

As operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um saldo devedor conforme demonstrado abaixo, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Operações renegociadas	606.062,89	-

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais E Fianças Honrados (I)	66.354,97	-	340.581,48	-
Rendas A Receber (II)	112.466,89	-	112.950,21	-
Diversos (III)	67.534,57	-	67.392,41	-
(-) Provisões Para Outros Créditos (IV)	(59.525,04)	-	(325.250,09)	-
TOTAL	186.831,39	-	195.674,01	-

(I) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se a operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E	30%	Vencidas	9.757,04	9.757,04	(2.927,11)	5.322,31	(1.596,69)
F	50%	Vencidas	-	-	-	4.283,39	(2.141,70)
G	70%	Vencidas	-	-	-	31.546,93	(22.082,85)
H	100%	Vencidas	56.597,93	56.597,93	(56.597,93)	299.428,85	(299.428,85)
Total Vencidas			66.354,97	66.354,97	(59.525,04)	340.581,48	(325.250,09)
Total Geral			66.354,97	66.354,97	(59.525,04)	340.581,48	(325.250,09)
Provisões			(59.525,04)	(59.525,04)		(325.250,09)	
Total Líquido			6.829,93	6.829,93		15.331,39	

(II) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito, outros serviços com empresas conveniadas e um saldo a receber oriundo da centralização financeira com a Central Sicoob uni, em que se destaca o valor de **R\$ 42.165,80**.

(III) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos Para Pag. De Nossa Conta	12.900,00	-	6.650,00	12.900,00
Adiantamentos E Antecipações Salariais	7.262,39	-	1.507,54	7.262,39
Adiantamentos Por Conta De Imobilizações	19.014,86	-	-	19.014,86
Impostos E Contribuições A Compensar	11.660,91	-	11.660,95	11.660,91
Pagamentos A Ressarcir	-	-	303,12	-
Títulos E Créditos A Receber	15.491,00	-	12.770,80	15.491,00
TOTAL	67.534,57	-	67.392,41	-

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Bens Não de Uso Próprio (I)	160.794,86	-	179.954,00	-
Material em Estoque (II)	204,00	-	-	-
Despesas Antecipadas (III)	34.329,38	-	16.718,65	-
TOTAL	195.328,24	-	196.672,65	-

(I) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção, são atualizados com base em Laudo de avaliação do bem emitido em conformidade com os normativos vigentes do Banco Central do Brasil.

(II) Registram-se ainda no grupo as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB UNI** e ações do **BANCOOB**.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participações em Cooperativa Central de Crédito - Sicoob Uni	813.613,57	791.777,79
Participações Inst Financ Controlada Coop Crédito - Bancoob	88.495,32	82.952,60
TOTAL	902.108,89	874.730,39

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado em Curso	-	537.931,56	277.445,00
Instalações	10%	22.058,82	20.958,82
(-) Depreciação Acum. de instalações	-	(12.006,09)	136.886,62
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	245.556,32	(10.317,23)
(-) Depreciação Acum. móveis e equipamentos de uso	-	(208.591,27)	(39.469,73)
Terrenos	0%	384.990,00	384.990,00
Edificações	4%	75.000,00	75.000,00
(-) Depreciação Acum. De Edificações	-	(11.750,00)	(8.750,00)
Sistema de Comunicação	10%	35.072,83	26.615,08
Sistema de Processamento de Dados	20%	375.810,79	192.043,25
Sistema de Segurança	10%	65.278,40	38.752,31
(-) Sist De Comunicação, Processamento de Dados e Segurança	-	-	(124.540,84)
Veículos	20%	30.923,52	30.923,52
(-) Veículos	-	(30.923,52)	(30.923,52)
TOTAL		1.509.351,36	969.613,28

10. Intangível

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Outros Ativos Intangíveis	20%	13.563,04	13.563,04
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	-	(8.535,59)	(6.601,55)
TOTAL		5.027,45	6.961,49

11. Depósitos

Compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominados de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Compostos também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já as remunerações

pré-fixadas são calculadas no prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2019		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista	16.336.762,93	-	7.099.919,80	-
Depósito a Prazo	17.830.114,39	-	8.648.610,80	-
TOTAL	34.166.877,32	-	15.748.530,60	-

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos Principais Depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	3.551.270,77	10,00%	905.074,30	6,00%
10 Maiores Depositantes	16.009.524,21	47,00%	5.704.916,17	36,00%
50 Maiores Depositantes	25.932.125,68	76,00%	12.207.551,92	77,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º Sem/20	31/12/2020	2º Sem/19	31/12/2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(118.443,84)	(286.216,51)	(241.648,98)	(463.203,82)
Despesas de Contr. ao Fundo Gar. de Créditos	(17.856,62)	(30.203,96)	(10.375,44)	(19.500,30)
TOTAL	(136.300,46)	(316.420,47)	(252.024,42)	(482.704,12)

12. Relações Interfinanceiras:

Recursos obtidos junto ao Bancoob para repasse aos associados em diversas modalidades. As garantias oferecidas são caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	5.239.881,89	1.418.829,77	-	-
(-) Despesas a Apropriar Bancoob	(240.472,19)	(136.730,10)	-	-
TOTAL	4.999.409,70	1.282.099,67	-	-

13. Outras obrigações

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IOF a recolher (I)	33,15	-	3.452,07	-
Op. com Títulos e Valores Mobiliários (II)	0,16	-	14,82	-
TOTAL	33,31	-	3.466,89	-

(I) Valores referentes às provisões dos impostos sobre operações financeiras (IOF), que são recolhidas a cada decêndio.

(II) Referente a provisões dos impostos sobre operações financeiras (IOF), das aplicações e resgates em RDC.

b) Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Resultado De Atos Com Associados (I)	137.389,95	-	137.066,43	-
Resultado De Atos Com Não Associados	163.027,63	-	-	-
Fundos Voluntários	66.397,14	-	-	-
Cotas de Capital a Pagar (II)	12.327,73	-	16.389,88	-
TOTAL	379.142,45	-	153.456,31	-

(I) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e **5%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71. O FIRE, Fundo Institucional de Relacionamento, é constituído por **5%** das sobras líquidas em cada exercício findo, o regulamento nos termos do §1º do Art 28 da Lei 5764/71.

(II) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

c) Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contrib. Sob Lucros a Pag.	53.751,76	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	74.396,46	-	53.195,28	-
TOTAL	128.148,22	-	53.195,28	-

d) Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	22.434,52	-	2.315,16	-
Obrig. por Prest. de Serviços de Pagamento (I)	81.854,67	-	104.772,76	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (II)	287.358,89	-	181.069,39	-
Provisão Para Contingências	-	15.382,46	-	15.382,46
Prov. para Garantias Financ. Prestadas (III)	264.349,47	1.189,08	192.681,09	3.875,85
Credores Diversos - País (VI)	92.123,29	-	8.332,44	-
TOTAL	748.120,84	16.571,54	489.170,84	19.258,31

(I) Saldo de contas salário de cooperados.

(II) Provisão para pagamento despesas com funcionários e entre outras despesas da cooperativa.

(III) Provisão para garantias prestadas.

(IV) Refere-se a pagamentos a serem processados no prazo máximo de 180 dias.

14. Provisão para demandas judiciais

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	2.928,68	-	2.928,68	-
Cíveis	12.453,78	-	12.453,78	-
TOTAL	15.382,46	-	15.382,46	-

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB Roraima**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, porém não existem processos classificados com risco de perda possível.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	5.963.869,47	5.135.529,36
Quantidade de Associados	1.172	1.000

b) Reserva de Sobras

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual **30%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Destinação das sobras do exercício:

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **24/07/2020**, destinou-se 100% (cem por cento) das sobras ao Fundo de Reserva.

16. Receitas da Intermediação Financeira

Descrição	2º Sem/20	31/12/2020	2º Sem/19	31/12/2019
Rendas De Operações De Crédito	2.047.040,56	4.319.665,15	2.507.591,00	5.558.960,58
Rec. De Créditos Baixados Como Prejuízo	222.227,19	623.347,86	29.562,63	215.312,18
Ingressos De Depósitos Intercooperativos	195.427,94	398.829,80	189.283,88	345.544,83
Rendas De Aplicações Interfin. De Liquidez	-	-	-	-
Rendas De Créd Vinculados Ao Créd. Rural	87.136,36	95.111,76	28.609,09	28.609,09
TOTAL	2.551.832,05	5.436.954,57	2.755.046,60	6.148.426,68

17. Dispêndio da Intermediação Financeira

Descrição	2º Sem/20	31/12/2020	2º Sem/19	31/12/2019
(-) Despesas De Captação	(136.300,46)	(316.420,47)	(252.024,42)	(482.704,12)
(-) Desp. De Obrig. Por Emp. E Repasses	(78.287,36)	(134.952,52)	(5.060,97)	(63.098,12)
Operações De Crédito De Liq. Duvidosa	1.099.239,75	1.802.812,51	974.823,61	1.482.025,00
Outros Créditos De Liquidação Duvidosa	34.190,54	42.028,43	41.223,87	47.623,41
(-) Provisões Para Operações De Crédito	(1.241.736,41)	(2.434.669,26)	(1.856.831,90)	(3.314.865,83)
(-) Provisões Para Outros Créditos	(31.968,75)	(137.259,52)	(220.941,26)	(370.656,92)
TOTAL	(354.862,69)	(1.178.460,83)	(1.318.811,07)	(2.701.676,58)

18. Ingressos de prestação de serviço

Descrição	2º Sem/20	31/12/2020	2º Sem/19	31/12/2019
Rendas De Cobrança	31.571,85	56.680,55	27.414,85	54.633,30
Rendas De Outros Serviços	338.409,53	564.223,99	212.031,90	354.658,55
TOTAL	369.981,38	620.904,54	239.446,75	409.291,85

19. Ingressos de tarifas

Descrição	2º Sem/20	31/12/2020	2º Sem/19	31/12/2019
Rendas De Pacotes De Serviços - PF	40.232,20	78.276,63	45.944,62	95.925,12
Rendas De Serviços Prioritários - PF	38.376,45	73.963,28	41.026,88	83.134,27
Rendas De Serviços Diferenciados - PF	-	-	-	13,00
Rendas De Tarifas Bancárias - PJ	91.099,60	169.675,10	79.483,00	121.382,00
TOTAL	169.708,25	321.915,01	166.454,50	300.454,39

20. Dispêndios de pessoal

Descrição	2º Sem/20	31/12/2020	2º Sem/19	31/12/2019
Despesas De Honorários	(241.250,00)	(469.250,00)	(229.112,00)	(437.628,00)
Despesas De Pessoal - Benefícios	(158.101,88)	(261.719,41)	(100.595,91)	(195.395,65)
Despesas De Pessoal - Encargos Sociais	(174.614,69)	(330.266,74)	(148.131,69)	(280.758,92)
Despesas De Pessoal - Proventos	(351.840,21)	(682.083,45)	(311.493,29)	(584.930,06)
Despesas De Pessoal - Treinamento	(3.669,52)	(4.902,34)	(9.085,06)	(9.085,06)
Despesas De Rem. De Estagiários	(6.377,40)	(12.647,46)	(1.527,13)	(3.159,95)
TOTAL	(935.853,70)	(1.760.869,40)	(799.945,08)	(1.510.957,64)

21. Dispêndios administrativos

Descrição	2º Sem/20	31/12/2020	2º Sem/19	31/12/2019
Despesas De Água, Energia E Gás	(15.552,01)	(33.270,32)	(14.277,28)	(28.293,39)
Despesas De Aluguéis	(114.377,34)	(198.442,40)	(1.586,00)	(1.626,00)
Despesas De Comunicações	(37.451,20)	(70.103,02)	(42.886,28)	(98.183,95)
Despesas De Manut. E Conserv. De Bens	(24.589,81)	(56.926,83)	(25.683,31)	(52.768,31)
Despesas De Material	(9.634,94)	(19.348,45)	(12.518,49)	(21.361,59)
Despesas De Processamento De Dados	(46.319,42)	(59.596,80)	(23.299,72)	(30.562,84)
Despesas De Prom. E Relações Públicas	(15.203,86)	(24.581,37)	(24.022,72)	(50.718,13)
Despesas De Propaganda E Publicidade	(1.446,43)	(5.380,28)	(11.795,63)	(15.555,63)
Despesas De Publicações	-	-	-	(150,00)
Despesas De Seguros	(3.081,25)	(7.555,35)	(4.109,13)	(7.486,01)
Despesas De Serv Do Sistema Financeiro	(145.905,61)	(291.265,40)	(198.968,08)	(374.579,22)
Despesas De Serviços De Terceiros	(38.587,93)	(53.494,05)	(19.543,24)	(47.924,99)
Despesas De Serv De Vig. E Segurança	(43.308,20)	(90.756,10)	(45.788,20)	(86.226,40)
Despesas De Serviços Tec. Especializados	(74.511,64)	(126.460,33)	(52.244,49)	(84.985,39)
Despesas De Transporte	(76.026,97)	(122.515,79)	(62.230,33)	(118.741,29)
Despesas De Viagem Ao Exterior	(6.255,39)	(6.255,39)	(10.726,88)	(21.078,08)
Despesas De Viagem No País	(10.610,33)	(28.491,96)	(60.509,91)	(108.972,04)
Outras Despesas Administrativas	(212.222,21)	(457.363,23)	(220.018,97)	(414.232,13)
Disp. De Amortização	(967,02)	(1.934,04)	(967,02)	(2.619,80)
Despesas De Depreciação	(47.739,99)	(79.387,30)	(24.290,00)	(43.246,36)
TOTAL	(923.791,55)	(1.733.128,41)	(855.465,68)	(1.609.311,55)

22. Dispêndios tributários

Descrição	2º Sem/20	31/12/2020	2º Sem/19	31/12/2019
Despesas Tributárias	(8.023,85)	(11.010,49)	(3.469,42)	(5.939,59)
Disp. Imp. S/Serv. Qualquer Natureza-Iss	(14.808,79)	(24.575,58)	(8.929,30)	(16.060,00)
Despesas De Contribuição Ao COFINS	(24.283,67)	(37.572,69)	(13.447,79)	(24.370,98)
Despesas De Contribuição Ao PIS/Pasep	(7.347,57)	(12.982,40)	(5.012,77)	(9.598,02)
TOTAL	(54.463,88)	(86.141,16)	(30.859,28)	(55.968,59)

23. Outros ingressos operacionais

Descrição	2º Sem/20	31/12/2020	2º Sem/19	31/12/2019
Desp. Descontos Conc. Em Renegociações	(668,65)	(668,65)	-	-
Outras Despesas Operacionais	(33.437,17)	(92.215,74)	(83.829,16)	(144.084,46)
TOTAL	(34.105,82)	(92.884,39)	(83.829,16)	(144.084,46)

24. Resultado não operacional

Descrição	2º Sem/20	31/12/2020	2º Sem/19	31/12/2019
(-) Prej. Em Transações Com Val. E Bens	(15.000,00)	(15.000,00)	-	-
Ganhos De Capital	1.202,43	2.955,11	4.634,39	4.954,55
Outras Rendas Não Operacionais	10.435,04	21.079,22	12.937,77	23.857,77
(-) Perdas De Capital	-	(2.162,61)	(1.479,28)	(3.583,54)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	(17.620,12)	(27.918,97)	(6.949,24)	(6.949,24)
TOTAL	(20.982,65)	(21.047,25)	9.143,64	18.279,54

25. Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2020**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. - Vínculo de Grupo Econômico	284.177,01	0,74%	1.650,92
P.R. - Sem vínculo de Grupo Econômico	430.294,34	1,12%	1.009,70
TOTAL	714.471,35	1,86%	2.660,62

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2020**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	1.772,49	53,17	0,56%
Empréstimo	243.668,16	2.660,86	2,14%
Financiamento	168.328,85	3.111,33	7,91%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	332.354,22	2,10%	0%
Depósitos a Prazo	84.699,19	0,48%	0,15%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Médias Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,17%
Financiamentos Rurais - repasses	1,65%
Aplicação Financeira - Pós-Fixada	94,47%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	1,51%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos	340.589,99
Financiamentos	170.564,85

26. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RORAIMA LTDA. - SICOOB RORAIMA**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNI** é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNI** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB RORAIMA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNI** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações (SGR).

27. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovadas pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

27.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armaze-

namento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

27.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de estresse.

27.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos aos quais está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

27.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

27.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

28. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) , apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência	11.043.653,51	8.288.768,32
Índice de Basileia %	35,80%	42,18%
Índice de imobilização %	13,67%	11,70%
Ativos Ponderados pelos Riscos	30.844.854,64	19.653.052,52

BOA VISTA-RR, 31 de dezembro de 2020.

Ailton Fernandes Teodoro

Diretor-Presidente

José Cícero Francisco dos Santos

Diretor Financeiro

Carlos Henrique Pimenta de Moraes

Contador CRC GO 026336/O-1



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, À ADMINISTRAÇÃO E AOS COOPERADOS DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RORAIMA LTDA. - SICOOB RORAIMA

BOA VISTA/RR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Roraima Ltda. - SICOOB RORAIMA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB RORAIMA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 19 de março de 2021.



Diego Rabelo S. Toledo

Contador CRC/DF 019481/O-4

CNAI 2090



Parecer do Conselho Fiscal



O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Roraima, no cumprimento às disposições legais e estatutárias e relativamente às demonstrações financeiras e contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, apresenta o seu parecer à Assembleia Geral, nos seguintes termos:

Examinamos as demonstrações financeiras e contábeis pertinentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 apresentadas pela Administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Roraima e, também, consideramos: os resultados do acompanhamento sistemático; as reuniões de verificação realizadas por este Conselho no decorrer do referido exercício; as informações e esclarecimentos recebidos da administração no decorrer do exercício; e, o relatório e opinião da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC, datado de 19 de março de 2021.

Neste contexto, concluímos que as evidências obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

As demonstrações financeiras e contábeis acima referidas apresentam adequadamente, nos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Roraima em 31 de dezembro de 2020, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação.

Boa Vista - RR, 24 de março de 2021.

Rommel Luiz Paracat Lucena

Coordenador do Conselho Fiscal

Sílvia Silvestre dos Santos

Secretária do Conselho Fiscal

Marise Araújo Soares Camacho

Conselheira Fiscal

AGÊNCIAS



SICOOB RORAIMA

Av. Nossa Senhora da Consolata,
2001, Centro
Boa Vista / RR.
CEP: 69.301-011
Fone: (95) 3623-0711



SICOOB RORAIMA

Av. Ville Roy, 5425, Centro,
Boa Vista / RR.
CEP: 69301-000
Fone: (95) 3198-1053

segue lá



sicoobroraima

sicoob.com.br/web/sicoobroraima



#SOMOS FEITOS
DE **VALORES**

